

mais o segredo e o mistério que conduz a história de uma Ordem monástica, surpreendentemente sem cismas e sem reformas, mas não sem activos professos de alta craveira intelectual e capazes de influenciarem o mundo, há mais de oito séculos.

Saul António Gomes

REIS, Célia – *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. 222 p.

Trata-se de uma obra que procura constituir-se como analítica da evolução do triângulo República-Colónias-Padroado e que, transcorrido o seu percurso, permite uma visão matizada da relação entre os três elementos no período da Iª República, perspectiva frequentemente alheia às visões globais do mesmo período sobre os factores enunciados. Não é estranha a isso a predilecção pela “investigação de microespaços como ponto de partida para a análise de uma estrutura de maiores dimensões” (p. 11) assinalada por Célia Reis e os estudos da autora que precederam a obra em causa.

As difíceis relações no período da Iª República entre duas entidades que procuravam hegemonizar o espaço político, em sentido abrangente, aparece retratada com detalhe num percurso que equaciona a evolução geral da *questão religiosa* e a especificidade que a defesa do Padroado nela adquire num contexto de afirmação nacional nos espaços ultramarinos.

O andamento da obra encontra-se explanado nos sete capítulos que compreende: 1) Religião e Expansão – Uma evolução conjunta (21-50); 2) A República e a Questão Religiosa (51-69); 3) Republicanos e Colónias (70-89); 4) A República e o Padroado (90-105); 5) Geografia do Padroado Português no Extremo Oriente – Uma evolução conturbada (106-115); 6) O Padroado no Extremo Oriente – Questão Político-Religiosa (116-142); 7) As Obras e as Gentes (143-176).

A obra pode ser perspectivada, todavia, em duas grandes partes, precedidas de um capítulo introdutório sobre a relação entre o expansionismo português da Época Moderna e o factor religioso em que se insere a análise da evolução espacial do Padroado e os novos olhares sobre ele lançados, quer pela Santa Sé (quanto aos conteúdos e os modos por que deveria operar-se a missionação), quer pela Coroa portuguesa e a sua evolução política, assinalando a viragem decisiva operada na centúria de Oitocentos e o triunfo do Liberalismo (24), permitindo perceber os momentos e as figuras da actividade missionária nos territórios asiáticos (36-37). A primeira compreende os três capítulos seguintes, debruçando-se especificamente sobre a relação entre o regime saído da revolução de 5 de Outubro de 1910 e as duas restantes partes do triângulo acima mencionado; a segunda abarca os três últimos, olhando com aturado detalhe para a situação específica das possessões portuguesas no Extremo Oriente, a sua singularidade e o modo específico como se procedeu nessas paragens à articulação entre a acção da Igreja Católica e o novo regime.

Assim, o segundo capítulo debruça-se sobre a *questão religiosa* durante a Iª República, permitindo traçar a evolução mutuamente condicionada do regime republicano e da Igreja Católica no seu seio, bem como perceber a forma como, em contexto de separação, tal como foi formulada, permaneceu entendível o Padroado no quadro jurídico delineado pela Concordata que o tutelava. A análise de Célia Reis permite percorrer as diferentes fases do período republicano no que à relação entre Estado e Igreja Católica diz respeito, notando

os seus cambiantes e o papel da Iª Grande Guerra no “aprofundar da viragem” (59) operada no seio da orientação política e religiosa, quer nas alterações à lei de 20 de Abril de 1911, quer no reatar de relação com a Santa Sé e o posicionamento distinto dos católicos no quadro político português.

Os capítulos terceiro e quarto completam o mosaico com as valências em análise; o primeiro deles percorrendo o entendimento republicano no que às colónias diz respeito, apresentando os diferentes projectos em presença (70-72); o segundo incide com detalhe na situação e evolução do Padroado durante o período que medeia os finais de 1910 e a Revolução de Maio de 1926: nele se perspectivam as questões geográficas, económicas e políticas da relação República-Padroado e a especificidade que esta realidade e a sua configuração jurídica trouxeram à política republicana, estabelecendo esta, na prática, um sistema dual, consignando uma política religiosa para cada um dos espaços (96). Como sublinha a autora, as disputas ocorridas em torno do Padroado durante o período em causa não podem dissociar-se, por um lado, da evolução daquela instituição no ordenamento jurídico eclesiástico (CIC 1917) e a afirmação da Igreja como “entidade supranacional” (97) que procura centralizar, pela *Propaganda Fide*, o trabalho missionário e, por outro lado, a especificidade das possessões portuguesas no Extremo Oriente, bem como as movimentações de potências estrangeiras no mesmo espaço.

Se o percurso feito até aqui se mostra uma análise, profusamente documentada, dos três âmbitos acima enunciados, permitindo uma síntese global da temática, os três últimos momentos constituem o núcleo original da pesquisa da autora, procurando tornar patente o modo como, num contexto geopolítico específico, se processou a interacção desses elementos.

O capítulo quinto debruça-se sobre a evolução conturbada da geografia do Padroado português no Extremo Oriente, incidindo sobre a recepção ao 5 de Outubro e à implantação da República nos territórios de Macau e Timor, delineando, desse modo, os contornos próprios das relações entre o Estado e a Igreja Católica (uma vitória da política real sobre a ideologia propagandeada), bem como as convulsões ocorridas na China durante o período, incidência com repercussões óbvias nos territórios orientais do Império e com consequências para o xadrez político e religioso dos mesmos (113-116).

Posteriormente traça-se, no capítulo sexto, o quadro da questão político-religiosa no espaço geopolítico em causa: as condicionantes económicas, sociais, políticas e religiosas acabam por ter um peso maior que o ideário laicista militante, conduzindo a um realismo na acção política portuguesa que visava a defesa dos interesses coloniais do país na delicada configuração do Extremo Oriente nos inícios da segunda década do século pretérito. No que à questão congreganista diz respeito, a situação acabará por ser menos gravosa que na metrópole já que, além dos factos enunciados, a autora delinea as condicionantes introduzidas pela diferença entre os territórios a que o Padroado concerne e os que estão efectivamente sob administração política portuguesa. Acresce a situação específica de Macau no quadro do Padroado, detalhadamente delineada por Célia Reis, acabando aquela diocese por ficar fora da aplicação da, assim dita, Lei de Separação, estabelecendo-se colaboração estreita entre civis e eclesiásticos portugueses no território, não tendo havido mudanças ou restrições ao culto e proporcionando mesmo uma melhoria da situação financeira do clero (126); ainda devido à sua especificidade, a que acresce o desconhecimento dos políticos metropolitanos, o mesmo se passará com a aplicação do Decreto 233 de Novembro de 1913 (129). É este estatuto e a posição dos prelados D. João Paulino e D. José da Costa Nunes quanto à missionação e ao Padroado em Macau que a autora passa em revista, bem como a acção político-pastoral de ambos (132-140).

Célia Reis traça posteriormente, no capítulo sétimo, o quadro evolutivo do Padroado naquele território e em Timor, atendendo aos aspectos económicos, às figuras do clero secular e regular em presença, às iniciativas atinentes à missão, à educação e à assistência, ilustrando com o elenco e as acções dos agentes e fornecendo quadros estatísticos detalhados.

Em síntese, a obra de Célia Reis permite concluir pela matização da afirmação dos valores republicanos nos territórios portugueses do Extremo Oriente e o período novo que o primeiro conflito mundial abriu, notando como a preocupação contínua da acção política do novo regime foi norteadada pela necessidade de não fazer perigar as posições portuguesas, a que acresce a adaptação às peculiares circunstâncias locais (177). Além disso, as relações entre a República e o Padroado acabam por ficar marcadas pelo desconhecimento metropolitano quanto à abrangência real dos territórios religiosamente administrados por Portugal no âmbito do quadro jurídico aberto pelo Padroado. Acresce que a evolução deste, no período em causa, acompanhará *pari passu* a *questão religiosa*: a indefinição inicial, a cautela da Santa Sé e a posterior passagem para um quadro reivindicativo maior por parte dos governos republicanos no período do pós-guerra, quando o panorama internacional se alterou e o risco de perda daquelas possessões havia crescido. A autora conclui, por isso, pela indefinição do regime republicano, nunca tendo verdadeiramente optado entre a separação e o regime concordatário, pautando-se pela flexibilidade de princípios e adaptabilidade às circunstâncias (178).

Algumas gralhas notadas, especificamente na transcrição dos títulos de documentos pontifícios, acabam por ser aspectos de somenos, numa investigação que ganha com a clareza da exposição, o detalhe da análise, a abundância de documentação, enfim, o conhecimento amplo de uma matéria que merece a continuidade dos estudos pela autora numa temática em que a bibliografia ainda se mostra parca.

Sérgio Pinto

CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006. 508 p.

Todos os interessados no tema maior e actualíssimo das relações entre a sociedade civil e a religião ficarão gratos ao Professor Doutor Fernando Catroga por este notável contributo para a sua melhor compreensão, quer do ponto de vista conceptual quer no desenvolvimento histórico. Na verdade, a obra do catedrático de Coimbra tem a profundidade e a clareza que só se alcançam depois de muita investigação e reflexão, com espírito atento aos pormenores e aberto às sugestões, ainda que díspares. Para mais, esclarece o Autor, “retoma, corrige, amplia e sintetiza” uma consistente série de trabalhos seus, publicados desde 1988, que esclareceram pontos pouco explorados anteriormente, como a descristianização da morte em Portugal, as festas cívicas, a secularização e a laicidade, a secularização dos mitos e dos ritos, a religião civil, etc (cf. p. 503).

Digamos aliás que, mesmo com tal génese, o actual trabalho sustenta bem um fio condutor, que permite ao Autor tecer conclusões como a seguinte: “... têm razão os que defendem que existe ‘bel et bien un avenir pour une critique républicaine de la république et une